

FOLHA DO AMAPÁ

**Drogas:
tráfico
começa
na escola**

**Desenvolvimento
sustentável
no Maracá**

**Governo
quer mudar
conceito
de Saúde**

**Oneide
canta novo
disco no
Bacabeiras**

**Amigos dos índios
oferecem assessoria
ao governo**

Entidades propõem conselho indigenista ao governo

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES



Participantes do Seminário discutem proposta de assessoria indigenista

Índios e entidades indigenistas governamentais e não-governamentais encerraram na última quinta-feira, 31, no auditório da LBA, o Seminário sobre Educação Escolar Indígena encaminhando ao governador do Estado, João Alberto Capiberibe, uma proposta de criação do Conselho para Assuntos Indígenas do Amapá. A proposta une, pela primeira vez, as várias instituições ligadas à questão indígena e as três organizações indígenas do Estado em torno de um projeto de assessoria ao governo.

O Seminário sobre Educação Escolar Indígena, organizado pelo Núcleo de Educação Indígena (NEI), da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, reuniu professores indígenas e não-indígenas para discutirem suas experiências e assistirem palestras do antropólogo Luís Donizete Benzi Grupioni, do Comitê de Educação Indígena do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Universidade de São Paulo (USP). No último dia, foi apresentada a proposta do conselho ao governo. "A iniciativa do curso e das entidades é louvável, pois vem de encontro às

intenções do MEC de conjugar governo e ONGs em torno de propostas para os índios", declarou Luís Donizete.

A proposta de um Conselho para Assuntos Indígenas, ligado diretamente ao gabinete do governador, surgiu diante da necessidade apresentada pelo próprio governo de ter uma assessoria para demandas ligadas aos índios. "O conselho pretende ser um grupo de caráter puramente consultivo, que se dispõe a pôr suas experiências a serviço do governador", explicou o representante do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma das entidades proponentes. O outro mérito apontado pelos membros do conselho é que através dele estaria criado um espaço para interlocução direta das seis etnias representadas com o governo. "Isso elimina intermediários e possibilita aos próprios índios manifestarem suas vontades", declarou o representante do CTI.

A premissa básica para integrar o conselho, e que foi discutida entre os proponentes, é de que as entidades indigenistas deveriam ter experiência reconhecida junto aos índios ou prerrogativas legais a eles relacionadas. Dessa seleção, saiu a Funai, o NEI, o CTI, a Delegacia do MEC no Amapá (Demec), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Ministério Público. Além dessas, foram convidadas a integrar o conselho as três organizações indígenas do estado - Conselho das Aldeias Waiãpi (Apina), a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio) e a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (Apitu). O conselho deve se reunir na semana que vem com o governador para aprofundar as discussões.